

Médicos endurecem luta

Ministra ignora os problemas da saúde

- afirma o presidente da Ordem dos Médicos

O presidente do Conselho Regional do Norte da Ordem dos Médicos (CRNOM), Dr. Guimarães dos Santos, afirmou ontem em conferência de imprensa que «a ministra da Saúde não conhece nada dos problemas da saúde e está a ser mal aconselhada».

Afirmou também que as recentes decisões do Ministério da Saúde que afectam a carreira dos recém-licenciados em Medicina, candidatos ao Internato Geral, têm de ser revogadas porque representam uma forma de escravatura imposta aos jovens médicos.

A Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos tomou uma posição clara e inequívoca de apoio aos jovens médicos que lutam pela manutenção das condições em que vinham exercendo, nos anos anteriores, o período complementar de formação através do Internato Geral.

O Dr. Guimarães dos Santos considerou a decisão da ministra da Saúde, Leonor Beleza, «arbitrária e prepotente», sublinhando que esta decisão foi tomada «sem ouvir as estruturas representativas da classe médica».

«Em todo o mundo — acentuou — o Internato Geral é considerado uma actividade profissional, como tal remunerada, porque é de facto um complemento obrigatório do curso de Medicina, sem o qual os licenciados não podem praticar actos médicos».

O presidente da SRNOM caracterizou o Internato Médico como «uma das actividades profissionais mais exigentes, em termos de conhecimentos técnicos e de esforço físico», observando que os recém-licenciados asseguram parte importante dos serviços de urgência e de consulta nos hospitais distritais e concelhios.

Políticos ignoram problemas da saúde

Para o Dr. Guimarães dos Santos, a circunstância de frequentemente a Ordem dos Médicos «estar em guerra» com o Governo significa que «os políticos ignoram os problemas da saúde».

A este propósito salientou que o poder político decorre dos partidos e a maior parte das vezes não tem técnicos à altura para governar e legislar sobre matérias específicas.

O presidente da Ordem dos Médicos informou, por outro lado, que os policlinicos do terceiro ano (P-3) já cumpriram dois anos de Internato Geral e nesta altura aguardam a definição do seu futuro imediato, ou seja, o início do internato complementar, visando a obtenção do título de especialista, «porque a ministra da Saúde vem agora dizer que não há vagas que assegurem a colocação dos actuais P-3».

O Dr. Guimarães dos Santos defendeu a ideia de que «para além de um serviço de saúde do Estado deverá haver estruturas de serviços de saúde privados» e que «só depois de mudar o sistema da saúde é que o Governo poderia transformar este sector num serviço do Estado». Acrescentou: «alguém tem de ter a coragem de alterar a estrutura burocrática».

O Conselho Regional da Ordem dos Médicos decidiu convocar para 31 do corrente uma assembleia regional extraordinária dos médicos da região do Norte «para defesa dos legítimos interesses dos médicos que estão a ser ameaçados pela ministra da Saúde».

Há falta de médicos

«Não há médicos a mais em Portugal — garantiu o Dr. Guimarães dos Santos — ao contrário do que a ministra da Saúde pretende fazer crer».

Para ilustrar esta afirmação, o presidente da SRNOM lembrou que «doentes que precisam de

uma consulta de oftalmologia, por exemplo, estão à espera de vez durante um ano ou mais e outros que têm de ser operados ficam numa extrema lista de espera por dois ou três anos, tudo isto por falta de médicos».

«Como pode a ministra da Saúde dizer que há médicos a mais? — interrogou-se. E concluiu: «Por esta amostra, ficamos a saber o caminho que esta governante vai seguir».

Na mesma conferência de imprensa, o Prof. Silva Leal, do Conselho Nacional Executivo da Ordem dos Médicos, afirmou que a ministra prometera «um diálogo aberto» com este órgão, mas «a sua prática é absolutamente contrária ao prometido».

Acusou Leonor Beleza de assinar decretos dos quais as estruturas representativas dos médicos «só tomam conhecimento através do «Diário da República»». Disse também que a ministra «evita o diálogo, não responde às solicitações neste sentido, e é escandaloso que tenha de se pedir ao primeiro-ministro que interceda

junto dela para se conseguir uma entrevista».

O decreto 310/82, que define as carreiras médicas, «foi alterado sem consulta e sem conhecimento prévio dos órgãos representativos dos médicos — disse o Prof. Silva Leal — o que significa que fomos traídos e demonstra o respeito que a ministra da Saúde tem pela juventude portuguesa e pelo problema dos jovens que lutam pelo primeiro emprego».

Proposta de greve

A Comissão Nacional dos Médicos do Internato Geral vai propor à classe uma greve de dois dias para protestar pela destruição das carreiras e o desemprego médico, disse um membro da comissão.

A comissão apresentará uma proposta de greve para os dias 3 e 4 de Fevereiro, um plenário de policlinicos, que se realiza amanhã na sala de alunos do Hospital de Santa Maria, em Lisboa.

Machado Borges, do executivo da comissão, disse que os médicos do Internato Geral não aten-



Dados do Ministério são incorrectos

derão as urgências, durante o período de greve, salvo em casos de extrema gravidade.

Os médicos do Internato Geral vão também concentrar-se, no dia 23, junto à residência do primeiro-ministro, para protestarem contra a situação que o Governo lhes está a criar e que, disse, «só beneficia o agravamento da deterioração dos serviços».

A Comissão Nacional dos Médicos do Internato Geral acusa a ministra da Saúde, Leonor Beleza, de usar as prerrogativas do Governo na utilização dos meios da Comunicação Social, nomeadamente a Televisão, para fazer afirmações falsas, que «revelam absoluta ignorância da situação do Serviço Nacional de Saúde».

A comissão, afirmou, desafia a ministra da Saúde para um debate público televisivo, para que nele justifique as afirmações que tem feito de que há médicos a mais e que estes não querem deslocar-se para a província.

«A formação médica e as especialidades só se podem fazer por via hospitalar e o Governo

está a retirar aos médicos recém-licenciados a formação tecnológica necessária para o exercício da função», salientou.

Machado Borges disse que não há médicos a mais mas sim uma concentração de médicos na capital, provocada pela deslocação de clínicos da província para formação profissional.

«O Ministério da Saúde não tem dados correctos sobre a situação da saúde em Portugal nem do número de médicos existentes, já que nas estatísticas integra os médicos com funções administrativas e de ensino», disse aquele membro da comissão, que acrescentou que «a saúde não pode ser gerida como se se tratasse de uma mercearia».

Referindo-se às vagas abertas para as especialidades, aquele membro da comissão disse que o ministério pretende abrir apenas 260, quando há cerca de 1 600 médicos que terminaram o Internato Geral.

«A decisão de abrir apenas 260 vagas foi tomada sem ter em conta preocupações importantes como o envelhecimento dos quadros médicos efectivos, a antiguidade dos quadros e as desistências dos cursos de especialidades anteriores», disse, acrescentando que 38 por cento dos médicos têm mais de 50 anos.

«Todos os médicos estão integrados nos quadros da Função Pública, enquanto que os formados nos últimos três anos poderão não ficar, se o Governo mantiver a sua posição», apesar de os serviços de urgência funcionarem principalmente na base do trabalho dos médicos internos, frizou.

Os membros da comissão salientaram as «péssimas condições dos serviços hospitalares, nomeadamente das urgências, que têm sido em muitos casos os veículos de propagação de epidemias como a tuberculose, sarampo e brucelose».

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Mercado de trabalho